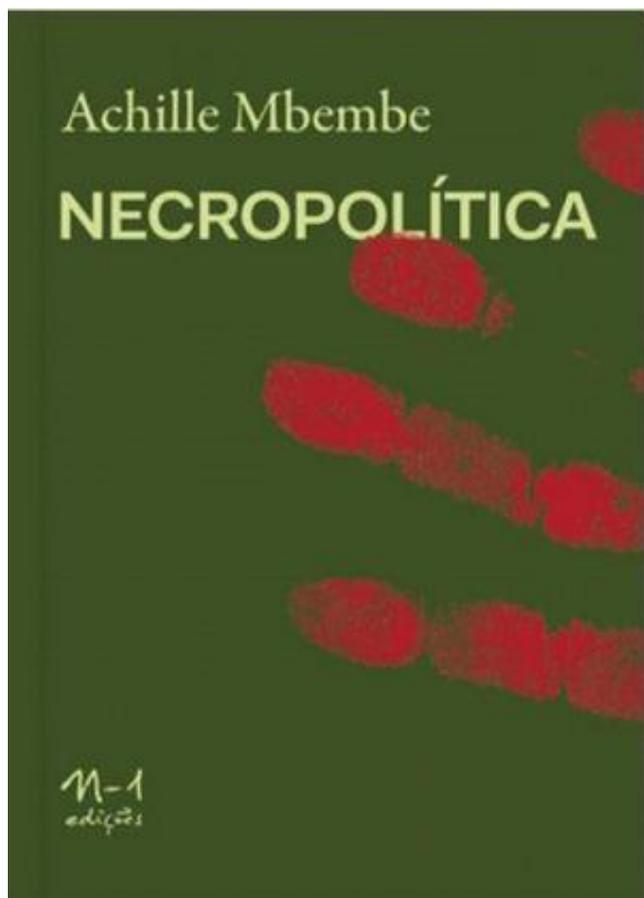


Resenha do livro “Necropolítica”

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80p.



Autora da resenha

Merylin Ricieli dos Santos
Doutoranda em História na
Universidade do Estado de Santa
Catarina – UDESC.
Brasil
merylinricisantos@gmail.com

Para citar esta resenha:

SANTOS, Merylin Ricieli dos. Resenha do livro “Necropolítica”. *Revista PerCursos*. Florianópolis, v. 20, n. 44, p. 304 - 309, set./dez. 2019.

DOI: 10.5965/1984724620442019304

<http://dx.doi.org/10.5965/1984724620442019304>

Achille Mbembe, ou Joseph-Achille Mbembe, é um pensador, professor e filósofo contemporâneo nascido no ano de 1957 em Centre, Camarões, que tem trazido grandes contribuições para o estudo do pós-colonialismo e, ao longo da produção aqui apresentada, tem a habilidade de relacionar diferentes realidades em uma mesma linha de raciocínio, com interpretações significativas e coerentes.

Necropolítica, em sua proposta inicial, foi publicado no Brasil pela primeira vez no ano de 2016, em forma de artigo, na revista Arte & Ensaio, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Quanto ao livro, teve publicação em 2018 e, ao longo de poucas páginas, divide-se em cinco tópicos que contam com discussões muito precisas, capazes de fazer conexões entre a contemporaneidade e as heranças históricas construídas a partir de práticas de dominação do Estado – que, através de discursos racistas e excludentes, fez emergir as mais variadas formas de violência e genocídio.

O ponto de partida para as reflexões desenvolvidas por Mbembe é o conceito de biopoder. Pautado nos escritos de Foucault, o intelectual africano traz argumentos que relacionam a dura perspectiva do deixar viver e deixar morrer como uma realidade segregadora, cunhada e mantida pelo Estado que, como esfera dominante, continua a exercer tais poderes, o que para Mbembe é uma característica colonial que permanece em curso. Ao longo do texto, o pensador dialoga com Frantz Fanon, Hannah Arendt, Paul Gilroy, Zygmunt Bauman, dentre outros intelectuais, que o auxiliaram a construir reflexões sobre política, Estado e morte. Em linhas gerais, é possível dizer que o ensaio evidencia uma estrutura de dominação secular que, longe de ser obsoleta, encontra-se cada vez mais fortalecida e renovada, disfarçada de soberania e manutenção da ordem social vigente, dando ao Estado “autorização” para exercer o direito de matar.

Embora a problemática central da obra embase-se na linha de reflexão acerca do biopoder, o escritor demonstra, por meio de uma série de exemplos e argumentos, que essa noção “é insuficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2018, p. 71). Durante a leitura, emerge a percepção de

sociedades constituídas por ciclos repetitivos e estruturas (re)significadas, mas com ideais de dominação autoritários, praticamente inalterados.

No anseio de responder questões que entrecruzam biopoder, noção de soberania e Estado de exceção, o autor pontua que o conceito de soberania se relaciona com o cerne da autonomia e da liberdade. Porém, preocupa-se com outras formas de soberania, com foco naquela em que o projeto central não é a luta por autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material dos corpos humanos e das populações.

Observando-se o contexto político de várias nações, na atualidade, inclusive do Brasil, pode-se compreender exatamente como a noção de soberania é distorcida e passa a fazer parte de uma lógica que não se preocupa em evitar mortes, mas permite uma atuação estatal em que o risco de morte é iminente, visto que Mbembe trata da política como o trabalho da morte e da soberania como o direito de matar. Seguindo o paralelo com a realidade brasileira, é possível fazermos associações com o próprio genocídio da população negra, vítima constante de determinadas esferas governamentais que, com a promoção de políticas de “segurança” e estratégias de combate ao crime, passam a ter liberdade para exercer o trabalho de matar e, nessa ótica, os discursos pautados na soberania acabam legitimando o Estado a fazer tal “controle” social. Tomando como exemplo as ações e práticas desenvolvidas pelo Estado de exceção enquanto um meio de garantir a soberania a qualquer custo, o autor faz referências ao Holocausto, para que possamos compreender não apenas as justificativas políticas desse mal incomparável, mas ainda para perceber os campos de mortes/concentração e extermínio como “metáfora central para a violência soberana e destrutiva”, “o último sinal do poder absoluto do negativo” (MBEMBE, 2018, p. 7).

No início da obra, Mbembe considera que a Modernidade esteve na origem de vários conceitos de soberania e da biopolítica contemporânea e que, atrelada à Modernidade, a razão foi um dos elementos mais importantes desta articulação. A partir daí, seguimos a leitura fazendo conexões entre política, razão e desrazão, sendo a razão a verdade do sujeito e a política o exercício da razão em esfera pública. Assim, a razão teria

relação com autonomia e liberdade e a soberania com a construção de limites, em uma perspectiva normativa (quase controladora) de padrões gerais de sujeitos e comunidades/povos/corpos. Nessa esteira, as experiências contemporâneas de destruição humana possibilitam desenvolver uma leitura política dos sujeitos e da soberania de modo distinto do que nos foi apresentado na Modernidade; partindo da necessidade de reconfigurar formas de percepção dos indivíduos, ao invés de considerar a razão como a verdade do sujeito, podemos olhar para categorias mais palpáveis como a vida e a morte, esta última como um aspecto atrelado à ideia de soberania, à política e aos sujeitos. Na sequência da obra, o autor discute tais assuntos com base em perspectivas filosóficas de Hegel e Georges Bataille, para apresentar uma leitura da política como o trabalho da morte.

O movimento de escrita do autor traz a dinâmica sócio-histórica que, perpassando a escravidão e as ações coloniais do passado, demarca os domínios da razão até chegar à contemporaneidade, para explicar a ideia de terror moderno. Há considerações pendulares acerca da destituição da humanidade de sujeitos escravizados na Idade Moderna, período este, que segundo Mbembe, é o resultado de uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica que, por meio do sistema de plantation, “manifesta a figura emblemática e paradoxal do Estado de exceção” (MBEMBE, 2018, p. 27).

Na sequência, o autor problematiza como as guerras coloniais se articulavam de modo diferente entre os “civilizados” (colonizadores) e os “selvagens” (colonizados). Nesse confronto, havia sempre lugares delimitados, marcados por relações de poder e dominação que trabalhavam a serviço da “civilização”. O trecho do ensaio que apresenta tais discussões é permeado por dualidades e dicotomias – cidadãos e não cidadãos, ordem e desordem, mundo humano e mundo selvagem, dentre outras polaridades, que tentam definir o modo como as colônias e seus habitantes eram vistos aos olhos do colonizador. Para Mbembe, tal movimento de “ocupação colonial” tratava-se de “uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico” (MBEMBE, 2018, p. 38), exercidos a partir da territorialização e criação de fronteiras e hierarquias, aspectos cruciais para a produção de imaginários culturais, que além de

classificar as pessoas de acordo com diferentes categorias, deram base à instituição de direitos diferenciados para cada categoria de pessoas, com fins diferentes dentro de um mesmo espaço. Tem-se neste projeto social estruturante o exercício da soberania.

Ao longo de todo o ensaio, conseguimos observar inúmeras especificidades acerca do modo com que a soberania opera, porém todas dialogam no sentido de pensá-la como uma estrutura ou mecanismo organizacional do Estado que tem a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem deve viver e quem deve morrer. Para o intelectual camaronês, a ideia de morte não se limita ao corpo físico, mas abarca a eliminação da condição humana e vontade de opinar e decidir sobre a própria vida.

Na segunda metade da obra, no tópico Necropoder e ocupação colonial na modernidade tardia, as discussões nos ajudam a entender e apreender o conceito de necropoder através de exemplos e argumentos contemporâneos; para o autor, “a forma mais bem-sucedida de necropoder é a ocupação colonial contemporânea da Palestina” (MBEMBE, 2018, p. 41) e o conceito de necropoder pode ser observado por meio da ocupação da Faixa de Gaza, que apresenta “a dinâmica de fragmentação territorial, o acesso proibido a certas zonas e a expansão dos assentamentos” (MBEMBE, 2018, p. 43). Mbembe explica que a ocupação colonial é um encadeamento de vários poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico. Essa tríade, marcada em grande parte pelo terror, possibilita ao poder colonial a dominação absoluta sobre os habitantes do território “ocupado”.

Por fim, o último aspecto discutido por Mbembe refere-se às guerras contemporâneas que, para ele, não são mais desencadeadas por ideais de conquistas e territorialização, mas movidas no anseio de forçar o inimigo à submissão. Isso é feito sem considerar as consequências e os danos colaterais das ações militares marcadas pela violência e dominação do Estado, que em várias circunstâncias vem a se transformar, se apropriar ou ajudar a criar máquinas de guerras e “mundos de morte” (MBEMBE, 2018, p. 71).

Há uma série de explicações muito bem amarradas sobre o modo como política, soberania, Estado de exceção e estado de sítio são articulações sociais marcadas por

relações de poder que definem, em uma lógica foucaultiana, quem deve viver e quem deve morrer, pautando-se no viés biológico que estabelece inúmeras divisões em subgrupos e é descrito como “racismo”. Nessa perspectiva, o intelectual desenvolve e dá sentido singular à noção de biopoder em um viés da racialização, que é estruturado por estratégias de poder e políticas de morte, historicamente constituídas pelo pensamento ocidental de desumanização de sujeitos/povos estrangeiros.

É interessante o modo como Mbembe traz a discussão sobre racismo, que não diverge da noção de racismo no Brasil, mas que é incorporada ao seu texto em uma análise macro, evidenciando mais aspectos biológicos como elementos classificatórios e segregadores do que sociais, propriamente ditos. Por outro lado, considerar que a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado nunca nos soou tão familiar, pensando-se principalmente na inter-relação entre terror e morte, categorias estruturantes da soberania, que no Brasil é branca e heteronormativa.

Recebida em: 07/10/2019

Aprovada em: 09/12/2019

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

Revista *PerCursos*

Volume 20 - Número 44 - Ano 2019

revistapercursos@gmail.com